



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181267 - SP (2021/0226080-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : IVANISE CAVALCANTI CABRAL
SUSCITANTE : PATRICIA CABRAL
ADVOGADOS : VIRGÍLIO DOS GUIMARÃES ALVIM - MG035382
EVERSON DE MORAIS TORRES - MG085992
ADRIANA GABRIELA BIOTULFI - MG176762
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE ITAPECERICA
DA SERRA - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE UBERABA - MG
INTERES. : PRISCILLA CABRAL DE AZEVEDO
ADVOGADOS : FÁBIO GUBNITSKY - SP167189
FERNANDO GUBNITSKY - SP110633

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência, com tutela de urgência, suscitado por IVANISE CAVALCANTE CABRAL e PATRÍCIA CABRAL, no qual apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª. VARA DE ITAPECERICA DA SERRA (SP) e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª. VARA DE FAMÍLIA DE UBERABA (MG).

Narram as suscitantes que requereram a abertura de inventário de seu falecido pai e esposo no Juízo de Direito da 2ª Vara de Itapeçerica da Serra (SP), autos n. PJE 1001870-06.2021.8.26-0268, tendo sido nomeada inventariante a suscitante Patrícia Cabral.

Posteriormente, a herdeira Priscila Cabral requereu a abertura de outro inventário no Juízo de Direito da 2ª. Vara de Família de Uberaba (MG), autos n. 5007695-79.2021.8.13.0701, em que foi nomeada inventariante.

Nos autos do Juízo Mineiro compareceu a inventariante Patrícia Cabral, para informar a existência do inventário no Juízo Paulista e, em razão disso, o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família de Uberaba (MG) declinou de sua competência, extinguindo o feito ali em curso.

Dessa feita, a herdeira Priscila Cabral, a despeito de não ter recorrido da decisão que extinguiu o inventário no Juízo da Comarca de Uberaba (MG), ingressou com pedido junto ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Itapeçerica da Serra (SP) "suscitando incompetência de foro, requerendo a declinação para a Comarca de Uberaba (MG), onde o processo que ela mesma ajuizara já fora extinto" (fl. 5).

O Juízo de Itapecerica da Serra acatou o pedido, declinando a competência e determinando a remessa dos autos à Comarca de Uberaba (MG).

Defendem que "a Vara de Família de Itapecerica da Serra-SP é a competente por vários fatores, entre eles, não só por haver o inventário sido requerido pela viúva-meeira, a quem incumbe dar bens à partilha, mas também porque a residência do falecido era lá, onde também reside a viúva" (fl. 5).

Alegam, ainda, que "não obstante ter o falecido imóveis em vários outros municípios (Itapecerica da Serra-SP, Praia Grande-SP, Embu-Mirim-SP, e Uberaba), onde neste último acompanhava uma obra em construção, nada justifica o deslocamento do foro, principalmente tendo em vista que todos os interessados residem na Grande São Paulo, sendo, neste ponto, antieconômico a todas as partes, sendo certo que as Suscitantes representam 75% dos interesses versados no inventário" (fl. 6).

Postulam, liminarmente, seja reconhecida "provisoriamente, até julgamento final desta demanda, a competência do foro da 2ª Vara de Família da Comarca de Itapecerica da Serra-SP para processar o inventário, determinando a permanência dos autos naquela Vara e Comarca" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na hipótese dos autos, conforme narram as suscitantes e apontam os documentos juntados aos autos, por meio da sentença proferida em 25/5/2021 (fls. 38), o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Uberaba (MG) extinguiu o inventário ali em curso. Por outro lado, não há demonstração da interposição de recurso contra a referida decisão, a fim de indicar a continuidade do feito.

Assim, ao que parece, não existe conflito de competência entre os juízos suscitados. Confira-se o teor da Súmula 59 do STJ, "não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes".

Registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas instâncias ordinárias.

Assim, ausente o *fumus boni iuris*, indefiro o pedido liminar, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo ministro relator.

Constam dos documentos juntados que o inventário interposto pelas suscitantes estão em curso no Juízo de Direito da 2ª Vara de Itapecerica da Serra (SP) (fl. 30-31 e 36) e que o inventário interposto pela herdeira Priscila Cabral foi interposto no Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Uberaba (MG) (fl. 38).

Assim, inicialmente, determino o envio dos autos à Secretaria Judiciária deste Superior Tribunal de Justiça para retificação da autuação deste processo, a fim de constar como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara de Itapecerica da Serra (SP) e o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Uberaba (MG).

Após, comuniquem-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas

informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente